



Sociedade Brasileira de Estudos  
Interdisciplinares da Comunicação

*Iniciacom – Revista Brasileira  
de Iniciação Científica em  
Comunicação Social*

---

**O DISCURSO POLÍTICO DA REVISTA *CARTA CAPITAL* SOBRE MEIO AMBIENTE:  
O AQUECIMENTO GLOBAL EM PAUTA**

**THE *CARTA CAPITAL* MAGAZINE'S POLITICAL DISCOURSE ABOUT ENVIRONMENT:  
THE GLOBAL WARMING'S PRESS AGENDA**

KARINA MENEZES CUNHA<sup>1</sup>; LUCIANA MIRANDA COSTA<sup>2</sup>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

**Resumo:** Este artigo traz alguns resultados da pesquisa “As Mudanças Climáticas na pauta da mídia impressa brasileira: informação e desinformação na construção de políticas públicas para a Amazônia”. O objetivo é, por meio do levantamento e análise de reportagens publicadas em 2009, ano da COP-15, mostrar como a revista *Carta Capital* construiu seu discurso sobre o Aquecimento Global, a partir da escolha das fontes de informação utilizadas.

**Palavras-Chave:** *Revista Carta Capital*; Aquecimento Global; Amazônia; COP-15; fontes de informação.

**Abstract:** This article presents some results from the research “The Climatic Changes on Brazilian press agenda: information and misinformation on public politics construction for the Amazon region”. This small part of the research, which collects, selects and analyzes journalistic reports published in 2009 (in the COP-15 year), seeks to show how *Carta Capital* magazine has constructed its discourse about global warming.

**Keywords:** *Carta Capital* magazine; Global Warming; Amazon; COP-15; information sources.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Comunicação Social pela UFPA e Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: [karina-menezes18@yahoo.com.br](mailto:karina-menezes18@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UFPA e Pesquisadora do CNPq. E-mail: [lmiranda@ufpa.br](mailto:lmiranda@ufpa.br).



## Introdução

A pesquisa da qual este artigo é parte foi desenvolvida a partir da constatação de que há informações insuficientes, nos principais veículos de comunicação impressos do país sobre as causas e conseqüências do fenômeno *aquecimento global* (COSTA, 2008). Como resultado, as reportagens divulgadas pouco contribuem para formação de cidadãos preocupados com a questão ambiental ou com a concepção de políticas públicas relacionadas ao tema, especialmente àquelas voltadas à região amazônica (COSTA, 2010).

Estudos científicos mais recentes sobre a interface comunicação e meio ambiente apontam para necessidade de aprofundamento sobre a temática, uma vez que a importância que os veículos de comunicação possuem para publicização das informações no mundo contemporâneo, assim como o próprio debate científico e social sobre o manejo ambiental, é um fato indiscutível (COSTA; CUNHA; SILVA, 2011, p.2)<sup>3</sup>.

Para a construção da análise, foram coletados e sistematizados dados de matérias jornalísticas referentes ao ano de 2009 da revista *Carta Capital*<sup>4</sup>. Dentre os 35 textos analisados, 18 eram de origem nacional e 17 de origem estrangeira (11 deles oriundos principalmente da revista *The Economist*). O método de análise utilizado foi a “Análise do Discurso”. Surgido na década de 60, este método foi influenciado por movimentos humanistas e busca, a partir de marcas textuais, suas condições de produção, tanto pelo dito, quanto pelo não-dito. Segundo Milton Pinto (1999), devem ser considerados três aspectos ao se analisar discursivamente um texto: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural no

---

<sup>3</sup> Consultar artigos sobre o assunto no site da Intercom: <http://www.portcom.intercom.org.br/novosite/index.php>. Este artigo traz um recorte específico de um projeto de pesquisa mais amplo (CNPq 2010), coordenado pela Profa Luciana Miranda Costa, cujo objetivo principal é analisar como a temática das Mudanças Climáticas, com foco na região amazônica, tem sido abordada pelos principais veículos de comunicação impressos (*Veja*, *Carta Capital*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) no país a partir de 1990 e, particularmente, nos anos mais recentes (2002-2009), quando o tema se tornou constante.

<sup>4</sup> *Carta Capital* é uma revista com tiragem semanal, fundada pelo jornalista Mino Carta em 1994. É voltada ao público interessado em conteúdo mais elaborado sobre política, cultura e economia. Com uma postura crítica sobre os fatos, *Carta Capital*, segue uma linha editorial assumidamente pró-governamental nos governos Lula e Dilma no Brasil e possui tiragem média semanal de 65 mil exemplares. Site: [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br).



qual se insere o evento comunicacional. A revista *Carta Capital* foi selecionada por ser uma das mais importantes revistas semanais em circulação no país. O ano de 2009, por sua vez, foi escolhido para recorte temporal pela atenção que se deu à temática ambiental neste ano, especialmente pela realização da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15) e pelo sensível aumento de catástrofes relacionadas ao fenômeno das mudanças climáticas em 2009.

O objetivo da análise foi verificar como foi construído o discurso de *Carta Capital* a respeito do aquecimento global, especialmente na Amazônia. Algumas perguntas norteadoras da análise podem ser previamente explicitadas: qual foi a principal base de informações da revista no que se refere à veiculação de notícias sobre a temática “Aquecimento Global” em 2009, especialmente sobre a Amazônia? Tratou-se predominantemente de matérias originadas a partir de um olhar jornalístico nacionalmente contextualizado e crítico ou da reprodução de vozes (fontes) provenientes de outros países, tomando-as como “ícones de verdade ou neutralidade”? O texto a seguir mostra o levantamento das principais fontes de informação escolhidas pela revista para fundamentar seu discurso, com enfoque político, sobre a temática do Aquecimento Global, bem como o direcionamento tomado por *Carta Capital* ao abordar temas como a COP-15 e a região amazônica dentro do contexto das mudanças climáticas.

### **O mapeamento das fontes de informação**

A revista *Carta Capital* tem circulação nacional, com tiragem média de 65 mil exemplares. Foi lançada pelo jornalista Mino Carta em 1994, destinada ao público interessado em uma abordagem mais profunda sobre temas como economia, cultura e política<sup>5</sup>. *Carta Capital*, com posição política assumida<sup>6</sup> (simpatizante do governo desde a gestão de Luiz Inácio

---

<sup>5</sup> <http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc> e <http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/foco/trint1/foco4.htm>.

<sup>6</sup> Em editorial, Mino Carta deixa claro seu apoio a Lula e a continuidade de seu governo em Dilma - <http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-apoiamos-dilma>



Lula da Silva), optou, na maioria das vezes, por utilizar fontes de informação governamentais, em se tratando de fontes noticiosas nacionais.

Comparando o número de fontes de informação estrangeiras com as nacionais, percebe-se que as da primeira categoria quase se igualam às desta última, pois muitas das matérias de caráter ambiental veiculadas por *Carta Capital* provinham da publicação inglesa *The Economist*, com a qual a revista brasileira tem uma parceria. Dentre os 35 textos analisados, 18 eram de origem nacional e 17 de origem estrangeira (11 deles oriundos principalmente da revista *The Economist*). Entre as temáticas mais abordadas pela revista estão, além do aquecimento global, temas relacionados, como: energia, sustentabilidade, 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP-15), legislação ambiental brasileira e a escassez de água. Os meses nos quais *Carta Capital* mais publicou textos com estes temas foram janeiro e dezembro do ano de 2009 (janeiro sucedeu a COP-14, em Bancoc, e dezembro foi mês de realização da COP-15, em Copenhague).

Das 35 matérias analisadas, 11 foram textos da revista *The Economist* (como já mencionado); oito artigos de opinião escritos por personalidades para a revista (seus autores não fazem parte do quadro de colunistas de *Carta Capital*); duas reportagens assinadas por jornalistas da redação; quatro reportagens escritas por integrantes da Agência Envolverde; duas da redação (sem identificação de jornalistas); duas reportagens<sup>7</sup> de uma seção especial sobre infra-estrutura, quatro textos oriundos de colunistas (sendo dois de caráter mais informativo e os outros dois com aspecto opinativo)<sup>8</sup> e duas entrevistas assinadas.

Dos entrevistados nas reportagens, apenas o ex-secretário-executivo de Minas e Energia, Márcio Zimmerman e o negociador-chefe do Brasil em Copenhague, Luís Alberto Figuei-

---

<sup>7</sup> Reportagens da edição n°531, de 4 de fevereiro de 2009, que disponibiliza reportagens sobre a temática da matriz energética brasileira em uma seção especial sobre infraestrutura.

<sup>8</sup> Colunas fixas de *Carta Capital* em 2011: Gestão (Thomaz Wood Jr.), Idéias – Saúde (Rogério Tuma), Sextante (Antônio Delfim Neto) e Periscópio (Nouriel Roubini).

redo, foram ouvidos mais de uma vez. Porém, entre aqueles ouvidos apenas uma vez, há a predominância de entrevistados estrangeiros (foram 23 contra 13 nacionais), o que pode ser justificado pela quantidade de textos da *The Economist*. Deste modo, *Carta Capital* busca legitimar seu discurso também pela utilização de uma revista reconhecida internacionalmente e que assume um posicionamento próximo ao seu, ao abordar os temas ambientais, com enfoque para os desdobramentos políticos e econômicos.

Entre os nomes citados mais de uma vez, encontram-se o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama (sete vezes); os ex-presidentes dos EUA e Brasil, George W. Bush Jr. e Luis Inácio Lula da Silva, respectivamente (ambos citados quatro vezes). O presidente chinês Hu Jintao aparece com três citações, seguido pelo presidente francês Nicolas Sarkozy; por José Goldemberg, físico da Universidade de São Paulo; Gordon Brown, primeiro-ministro britânico; Angela Merkel, premier alemã; pelo ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e pelo ex-presidente dos EUA, Bill Clinton. Todos aparecem com duas citações cada.

As instituições mais citadas são a Organização das Nações Unidas (ONU), que aparece com dez citações, e o *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), citado oito vezes. Ambas, ONU e IPCC, não tiveram sua credibilidade questionada pela revista por conta do vazamento de e-mails ocorrido em 2009<sup>9</sup>. Seguem-se a eles o Banco Mundial e o Congresso dos EUA, citados cinco vezes cada; a Universidade de São Paulo (USP), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que aparecem com quatro citações. Com três citações estão: Agência Internacional de Energia, New Energy Finance, Comissão Européia, Ministério

---

<sup>9</sup> Em novembro de 2009, hackers conseguiram capturar mensagens de e-mail dos cientistas do IPCC trocadas no decorrer dos 13 anos anteriores. Os e-mails foram divulgados na internet e revelaram combinações entre alguns integrantes do IPCC para manter os estudos de cientistas céticos do aquecimento global afastados de revistas científicas especializadas, como a *Nature* e a *Science*. O vazamento manchou a imagem do IPCC, que teve sua credibilidade questionada a partir de então.

de Minas e Energia, Senado dos EUA, Câmara de Deputados dos EUA, MIT- Massachusetts Institute of Technology e McKinsey Consultoria. Já o Instituto Ethos, Congresso Brasileiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Ministério do Meio Ambiente, *Institute for Energy Research and Policy* da Universidade de Birmingham, Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, Fundo Monetário Internacional (FMI), Eletrobrás, Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), aparecem com duas citações cada.

### **O Aquecimento Global nas páginas de *Carta Capital***

Dentro do tema “aquecimento global”, as conseqüências do fenômeno receberam destaque na publicação. Na entrevista “A Bolha do Clima”, realizada com o economista e vice-presidente do IPCC, o aquecimento global recebe *status* de “questão de segurança”, denotando, na pergunta e na resposta, a gravidade atribuída pela revista ao aquecimento global:

CC: O senhor costuma dizer que o aquecimento global é uma questão de segurança. Por quê?

MM: É uma questão de segurança porque há ameaças que podem mudar para pior o estilo de vida da população mundial e até resultar em mortes. Há bilhões de cidadãos pobres no planeta. As mudanças climáticas provocarão uma série de crises: pobreza, escassez de alimentos, de água, de terra e de energia. A população mundial será obrigada a lutar por esses recursos. Teremos ainda uma redução adicional nas terras, por causa do aumento do nível do mar. Quando se elevar de maneira significativa, haverá centenas de milhões de expulsos de suas casas. Serão os refugiados do meio ambiente. Ocorrerão tempestades de grande agressividade, o que provocará migrações em massa de desabrigados. Esta é a questão de segurança ainda não foi levada a sério como deveria. (Márcia Pinheiro, *Carta Capital*, 15/04/09, p. 50).

Tanto nesta entrevista, quanto na reportagem “As Maiores Vítimas”, publicada pela revista *The Economist*, é consenso que os países pobres serão os maiores prejudicados. Porém, ao mesmo tempo em que há uma vitimização, reconhece-se que os mesmos são também



---

contribuintes do aquecimento global, representando mais da metade das emissões de carbono mundiais:

A maioria das pessoas no Ocidente sabe que o mundo pobre contribui para a mudança climática, mas a escala de sua contribuição ainda surpreende. Os países pobres e de renda média já representam pouco mais da metade das emissões totais de carbono. (*Carta Capital*, 30/09/09, p. 68) Além disso, o fenômeno é considerado um agravante dos problemas de natureza pública existentes nos países subdesenvolvidos, como má distribuição de renda, habitação e saúde precárias “Os pobres são mais vulneráveis que os ricos por vários motivos. Habitação precária, saúde frágil e tratamentos médicos inadequados fazem com que os desastres naturais de todo tipo os atinjam mais” (*Carta Capital*, 30/09/09, p. 70). Admite-se assim, que o aquecimento global também é um problema de natureza política.

Os custos do aquecimento global também têm seu espaço na publicação, e o Banco Mundial e a Consultoria McKinsey são as fontes mais utilizadas ao se tratar sobre o tema, especialmente por já terem estudos na área. É citado o relatório “Economia da Mudança do Clima no Brasil: custos e oportunidades”, baseado no relatório Stern. Um dos setores que mais aparece como impactado pelo aquecimento global, nas economias mundial e nacional, é a agricultura, uma das áreas que mais tem proporcionado crescimento ao Brasil, segundo dados de 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>10</sup>. A reportagem “As Maiores Vítimas”, por exemplo, traz uma previsão pessimista para o setor nos próximos oitenta anos. A colheita mundial pode ser reduzida em até 16%, o que seria um problema diante de uma população que atingirá os sete bilhões ainda no ano de 2011, segundo o texto:

Embora a escala de tempo faça desses números apenas palpites informados, não há muita dúvida de que a mudança climática mina os ganhos da agricultura intensiva nos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que o crescimento da população e maior riqueza

---

<sup>10</sup> Mais informações em <http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=4884>.

significam que o mundo terá de dobrar a produção nas próximas três ou quatro décadas. (*Carta Capital*, 30/09/09, p. 71) Segundo a reportagem, o lado bom por trás de tal problema é o interesse que os países sentem “em atenuar os impactos das mudanças climáticas”. Tal interesse, porém, esbarra em dois grandes obstáculos, e um deles, explicado pelo Banco Mundial, aponta que o caráter da questão é antes de tudo, econômico:

Primeiro, os países pobres querem grandes quantias de dinheiro. Para manter o aquecimento global em um aumento de apenas 2%, o Banco Mundial calcula que custaria de 140 bilhões a 675 bilhões de dólares por ano aos países em desenvolvimento. Isso em comparação com os 8 bilhões de dólares por ano que lhes são dados hoje para atenuar a mudança climática. O custo de 75 bilhões de dólares para se adaptar ao aquecimento global (em oposição a tentar detê-lo) também supera em muito o 1 bilhão de dólares por ano disponibilizados a eles (*Carta Capital*, 30/09/09, p. 71).

Nas matérias analisadas, há uma grande discussão em torno do valor necessário para conter os avanços do aquecimento global. E apesar dos valores aparentemente altos apontados pelo Banco Mundial, necessários aos países em desenvolvimento para conter os avanços das mudanças climáticas, *Carta Capital* busca, por meio de outras fontes de informação, fundamentar o discurso de que investir na prevenção sai mais barato do que os altos investimentos econômicos feitos pelos países “ricos” para conter a crise mundial. Denise Ribeiro, do grupo Envolverde<sup>11</sup> assina uma reportagem para *Carta Capital*, na qual parece, inicialmente, demonstrar certo ceticismo em relação aos baixos valores que se gastariam para conter os avanços do aquecimento global no mundo:

No mundo inteiro, estudos tentam calcular o custo da preservação. Um indicador mágico parece girar em torno de 1% do PIB mundial. Em entrevista a *Carta Capital*, o consultor da McKinsey & Company e expert em mudanças climáticas Marcus Frank aposta num valor ainda menor: “O custo seria de apenas 0,5% ou 0,6%

---

<sup>11</sup> [www.envolverde.com.br](http://www.envolverde.com.br) - Editora que produz conteúdos exclusivos sobre sustentabilidade

---

do PIB mundial ao ano até 2020” (Denise Ribeiro, *Carta Capital*, 16/12/09, p. 58). (Grifo nosso).

Ainda assim, Denise Ribeiro mostra como seria preferível e mais barato investir na prevenção do aquecimento do que na contenção da crise econômica mundial, por exemplo:

Na zona costeira, os prejuízos podem chegar de 136 bilhões a 207, 5 bilhões de reais, segundo o levantamento. Melhor investir em políticas preventivas e de gestão, orçadas em 93 milhões de reais por ano ou 3,72 bilhões de reais até 2050. Bem menos que os 27 bilhões de reais de desoneração fiscal e outros incentivos anunciados neste ano pelo governo federal para conter os efeitos da crise financeira mundial. (Denise Ribeiro, *Carta Capital*, 16/12/09, p. 58)

Já o vice-presidente do IPCC, Mohan Munasinghe, em entrevista para *Carta Capital* (edição 541, de 15/04/09), menciona a existência da falta de vontade política para conter os avanços do aquecimento global, pois o dinheiro existe, porém, “(...) está sendo usado para salvar bancos ricos e pagar bônus aos executivos”.

Na reportagem “Antes que o sertão vire deserto” (*Carta Capital*, edição 574, de 02/12/09), segundo o Relatório Stern, “precisaria ser investido de 1% a 2% do PIB (Produto Interno Bruto) global para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> no planeta e evitar a rota catastrófica”.

*Carta Capital* se utiliza do discurso de instituições financeiras renomadas e especialistas do clima e da economia, para tentar demonstrar que falta de dinheiro não é o real problema e, sim, uma suposta falta de vontade dos governantes de cederem a um acordo, por não quere-rem abdicar do crescimento econômico de seus países.

### **A temática energética**

Entre as temáticas correlacionadas ao aquecimento global, a temática “energia” é uma das mais abordadas, não só pelo fato de ser um grande debate entre os países que querem mitigar suas emissões de carbono, como pelo fato de ser a área onde o Brasil mais desponta (o



país é considerado o que tem a matriz energética mais limpa do mundo). É um dos poucos temas no qual o país assume um certo protagonismo, que não seja por conta de suas florestas.

A matriz energética brasileira tem servido nos últimos anos de combustível para o País ganhar espaço nos foros internacionais que discutem as mudanças climáticas globais e a necessidade de o mundo reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis, tema que ocupou o topo da agenda mundial. A comparação com outros países é amplamente favorável ao Brasil. Entre os desenvolvidos, a participação das fontes renováveis não chega a 20%; nos EUA, não chega a exíguos 7% (Luiz Antonio Cintra, *Carta Capital*, 04/02/09, p.40). (Grifo nosso).

Em duas de três reportagens que abordam o tema das fontes energéticas brasileiras, o nome de Márcio Zimmerman, secretário de Minas e Energia à época, é o mais citado. Em “A Questão nuclear” e “Nossas reservas para o futuro”, do dia 4 de fevereiro de 2009, ambientalistas e governo são colocados como opositores, devido a discussões constantes entre os setores sobre o planejamento energético brasileiro:

Alguns anos atrás, algumas autoridades ligadas à área energética chegaram a trocar acusações com ONGs que afirmaram, na ocasião, que bastaria o país melhorar sua infraestrutura, especialmente na área de distribuição de energia, em vez de construir novas usinas geradoras (Luiz Antonio Cintra, *Carta Capital*, 04/02/09, p. 40) Alguns dos últimos lances do intrincado setor energético nacional têm, porém, esquentado as discussões entre ambientalistas, especialistas e integrantes da cúpula do governo. (Luiz Antonio Cintra, *Carta Capital*, 04/02/09, p. 40).

Como pode ser visto nos exemplos acima, *Carta Capital* parece isentar-se de qualquer um dos lados, apontando as opiniões de ambos ao tratar da implantação de novas usinas nucleares no Brasil ou sobre o crescimento sustentável da matriz energética brasileira. Porém, é possível verificar que são predominantes as fontes governamentais citadas ou entrevistadas pela revista. A única representante dos ambientalistas é Marina Silva, senadora do PT à época, partido político o qual a revista apóia. *Carta Capital* ainda fortalece o posicionamento do

---

governo brasileiro sobre a construção de novas usinas nucleares no país, citando que a Agência Internacional de Energia “divulgou um estudo em que afirma ser a energia nuclear ‘crucial’ para reverter o aquecimento global” e “que será preciso construir vinte novas usinas nucleares no mundo até 2020”. (*Carta Capital*, 04/02/09, p. 47).

*Carta Capital*, ao expor o lado dos ambientalistas (abaixo), não utiliza dados de organizações ambientais, nem entrevista ambientalistas (que seriam o “outro lado” da situação) para fundamentar o seu discurso, de modo que parece estar fortalecendo seu apoio à construção de novas usinas nucleares, defendida pelo governo: “Ambientalistas acreditam que esses argumentos não procedem, consideram que seria mais eficiente investir os recursos destinados à eventual retomada das usinas nucleares na geração de energia eólica ou mesmo se reduzissem o desperdício de energia.” (*Carta Capital*, 04/02/09, p. 47)

## **A COP-15**

Assim como na maioria dos meios de comunicação, a 15ª COP, em Copenhague, ganhou visibilidade nas páginas de *Carta Capital*, especialmente por conta da expectativa em torno de um acordo mundial para mitigação dos GEEs (Gases do Efeito Estufa). Todos os textos referentes ao assunto (artigos, reportagens), convergem para a incredulidade de que a COP-15 resulte em um acordo final e para o “confronto” existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, materializando o próprio discurso de incredulidade da revista com a conferência.

China e Estados Unidos assumiram o protagonismo nas matérias, por serem os maiores emissores e os países dos quais se esperava mais flexibilidade para fechar um acordo – o que talvez fosse facilitado pelo deslumbramento da população mundial com a eleição do primeiro presidente negro dos EUA, Barack Obama. Toda a movimentação em relação aos resultados positivos que a COP-15 poderia trazer, também foi permeada por incredulidade, por

conta dos resultados já mostrados em conferências climáticas anteriores – em que não chegou-se a um acordo com força de lei entre os países. Tal desconfiança se mostrou bem aparente nas matérias publicadas por *Carta Capital*. Copenhague parecia destinada ao fracasso antes mesmo de começar. “Maravilhosa, Maravilhosa Copenhague? – Não conte com um acordo sobre a mudança climática”. O artigo escrito por Emma Duncan (subeditora da *The Economist*) parecia carregar a falsa expectativa de que ainda seria possível “não desistir de salvar o planeta”, especialmente pela primeira frase:

O ano mais importante para a mudança climática desde 2001, quando o Protocolo de Kyoto foi acordado, será 2009. O primeiro período do Protocolo expira em 2012. O acordo que vai substituí-lo está previsto para ser feito na Convenção Sobre a Mudança Climática das Nações Unidas em Copenhague, que começa em 30 de novembro de 2009 e deve encerrar em 11 de dezembro. Não se chegar a um consenso significa que a humanidade está desistindo de tentar salvar o planeta (Emma Duncan, *Carta Capital*, janeiro de 2009, p.135). (Grifo nosso).

As últimas frases do texto, no entanto, chegam a ser contrastantes com as primeiras, mostrando por certo, as reais expectativas com relação à Conferência:

Talvez o resultado mais provável em Copenhague, em 2009, seja uma repetição do que aconteceu em Kyoto, em 2000. Um grande fiasco, outro encontro marcado e um acordo fechado no ano seguinte (Emma Duncan, *Carta Capital*, janeiro de 2009, p.138). (Grifo nosso).

O colunista Antonio Delfim Neto também mostra sua incredulidade sobre um acordo em Copenhague, o que parece demonstrar a incredulidade da própria publicação com a COP-15:

Não há clima para salvar o clima na Cúpula de Copenhague. Ponto. Toda aquela gigantesca expectativa de que se iria pavimentar um acordo agora em dezembro, limitando a emissão de CO<sub>2</sub> para que a Terra aqueça “apenas” 2% até 2020 (o Plano 450), desmanchou-se no ar (Antonio Delfim Neto, *Carta Capital*, 25/11/09, p.38).



---

Confirma-se, no entanto, a desconfiança da maioria das pessoas de que os países ricos estavam determinados a transferir para uma próxima reunião, talvez em 2010, no México, quaisquer definições que os obrigassem a assumir metas de redução da emissão dos gases que aquecem o ambiente (Antonio Delfim Neto, *Carta Capital*, 25/11/09, p. 38).

Já a reportagem “Diminuindo a Distância”, da *The Economist*, mostra que os países vislumbram outros problemas além da questão ambiental, enfatizando outra característica do discurso jornalístico de *Carta Capital*: o enfoque econômico. Para além da retórica de salvação do planeta, a discussão em Copenhague, e em outros lugares, será sobre os níveis de emissão e dinheiro (*Carta Capital*, 16/12/2009, p. 50).

A discussão sobre dinheiro fica mais evidente quando, nas matérias publicadas por *Carta Capital*, se evidencia o abismo econômico existente entre os países, caracterizado pela divisão destes em dois grupos: ora são “pobres” contra “ricos”, ora desenvolvidos contra subdesenvolvidos. Essa bipolaridade gira especialmente em torno da atribuição das responsabilidades do aquecimento global e na definição de custos que os países responsáveis têm que arcar para ajudar os países que não têm condições de enfrentar as conseqüências do aquecimento com recursos próprios:

Nas posições sobre dinheiro, a distância está entre mundo desenvolvido e em desenvolvimento (*Carta Capital*, 16/12/09, p. 50):

As negociações também dividem o mundo em duas metades. A idéia de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, na qual o UNFCCC está baseado – que todos estão juntos, mas que alguns países estão mais responsáveis que outros-, é razoável. Mas a maneira como ela tem sido aplicada significa que os países desenvolvidos carregam todo o fardo da mitigação, enquanto os países em desenvolvimento se beneficiam do MDL e não precisam limitar suas emissões em nenhuma medida (*Carta Capital*, 16/12/09, p. 52)

“A luta de classes globalizada: a conferência em Copenhague encena o confronto entre ricos e pobres” (Celso Dorbes Bacarji, *Carta Capital*, 23/12/09, p.72)

“Os ricos têm grana, os pobres têm pressa” (Reinaldo Canto, *Carta Capital*, 16/12/09, p. 60)

*Carta Capital*, por meio de suas próprias reportagens, dos textos da revista *The Economist* e de seus colunistas, defende, a exemplo da primeira citação abaixo, a posição de que os países desenvolvidos são os grandes responsáveis históricos pelo aquecimento e por isso, devem ajudar financeiramente os países subdesenvolvidos a enfrentar as conseqüências do fenômeno. As três citações seguintes reforçam o argumento:

(...) Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, um dos países responsáveis por grande parte dos gases de efeito estufa que se acumulam há mais de um século em nossa atmosfera, causando o aquecimento global e que, por fim, ameaça Tuvalu (Celso Dorbes Bacarji, *Carta Capital*, 23/12/09, p.72).

(...) a delegação de Tuvalu puxou o coro dos protestos, que acabou mobilizando também os países da África, os mais pobres e mais vulneráveis. Eles condenavam os ricos de condená-los a morte, caso a temperatura chegasse a esse nível. (Celso Dorbes Bacarji, *Carta Capital*, 23/12/09, p.72).

É amplamente aceito que, já que o mundo desenvolvido é responsável por jogar 200 anos de dióxido de carbono na atmosfera, ele deveria ajudar os países em desenvolvimento a se adaptar à mudança climática (*Carta Capital*, 16/12/09, p. 51)

Em reuniões fechadas, pequenos grupos de diplomatas trabalham para construir propostas que agradem às nações desenvolvidas, que terão de pagar a conta, e os pobres, que já estão lidando com os impactos mais extremos das mudanças climáticas (Reinaldo Canto, *Carta Capital*, 16/12/09, p. 60)

Apesar da incredulidade em relação à COP-15, demonstrada nas matérias avaliadas e reforçada pelas disparidades – principalmente de ordem econômica – entre os países envolvidos, o caráter “histórico” da COP-15 é evidenciado por *Carta Capital*, em reportagem assinada por Celso Dorbes Bacarji, (“A Luta de Classes Globalizada”), assumindo o ineditismo da conferência ao conseguir reunir tantas nações diferentes para discutir as mudanças climáticas:



Mas, mesmo sem um acordo formal, a COP-15 ficará marcada como o primeiro passo da humanidade para tornar realmente globais as discussões sobre o futuro do planeta e sobre os novos modelos de convivência do ser humano com os recursos naturais (Celso Dorbes Bacarji. *Carta Capital*, 23/12/09, p.73)

### **A Amazônia pouco referenciada**

Apesar de grande atenção dada à região amazônica pelos meios de comunicação ao tratar das questões ambientais, a Amazônia não recebeu muita atenção nas páginas de *Carta Capital*. Não houve matérias dedicadas exclusivamente à região, e as vozes ouvidas pela revista foram somente as “oficiais”, como institutos de pesquisa e órgãos governamentais.

Na reportagem “Antes que o Sertão Vire Deserto”, de 2 de dezembro de 2009, embora haja um grande enfoque nos prejuízos econômicos, para a revista o que impressiona mais são as consequências ambientais, sociais e regionais do aquecimento global (apontados em entrevista por Carolina Dubeux, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia- COPPE), como a escassez da oferta de água, impactos nas áreas agricultáveis e surgimento de fluxos migratórios no território nacional. A região amazônica é apontada como uma das áreas que seria mais afetada, em um cenário de savanização, definido pela revista como “devastador”:

Na Amazônia, o cenário poderá ser devastador, confirmada a expectativa de uma elevação de até 8° C na temperatura média da região. A estimativa neste caso é de mais longo prazo: em 2100, por causa da redução das chuvas e o menor fluxo de água nos rios, o bioma amazônico correrá o risco de entrar em colapso, com a redução em até 40% em sua cobertura florestal. Essas microrregiões serão marcadas por um processo de “savanização”, com um impacto direto na biodiversidade e nas condições de vida das populações ribeirinhas (Luiz Antonio Cintra, *Carta Capital*, 2/12/09, p. 57).

Em outras matérias como a reportagem “Tropeços na rota para Copenhague” e a entrevista “‘Um Escândalo Mundial’. Rubens Ricupero - Assim o ex-ministro define a proposta de redução da área de reserva legal na Amazônia e outros projetos da bancada ruralista”, a Amazônia é protagonista por conta do desmatamento<sup>12</sup> - que seria um dos principais responsáveis pelo Brasil estar entre os maiores emissores de dióxido de carbono do mundo - e por conta do projeto de lei que visa diminuir a área florestal da região<sup>13</sup>. Duas matérias do dia 10 de junho de 2009 citam a região. Em “Tropeços na rota para Copenhague”, Dal Marcondes, editor do site Envolverde, aposta na decisão do Congresso sobre a mudança na legislação ambiental brasileira como um fator importante que pode influenciar a liderança do Brasil em Copenhague.

Vai ficar difícil para o governo brasileiro almejar uma liderança ambiental global, caso a bancada ruralista no Congresso consiga abrir brechas no Código Florestal, permitindo a derrubada de 50% das matas em propriedades na Amazônia, quando hoje esse percentual é de 20% (Dal Marcondes, *Carta Capital*, 10/06/09, p 36).

O texto aponta uma preocupação não só com o meio ambiente, mas com o desenvolvimento de uma economia sustentável a partir da preservação da Amazônia:

O Brasil figura atualmente como o quarto país que mais emite gases de efeito estufa na atmosfera. A nada honrosa posição se dá principalmente pela degradação florestal. Se o país conseguisse zerar o desmatamento e as queimadas, principalmente na Amazônia, passaria a figurar em 14º lugar. Ou seja, uma posição muito menos agressiva ao meio ambiente e mais favorável ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono (Dal Marcondes, *Carta Capital*, 10/06/09, p. 36).

Por meio da reportagem escrita por Dal Marcondes, *Carta Capital* acaba por reproduzir o mesmo discurso que evidencia a “centralidade ambiental” da região amazônica, “reconhecível nas várias vozes evocadas pelos múltiplos campos de produção de sentido sobre a

---

<sup>12</sup> <http://www.imazon.org.br/imprensa/imazon-na-midia/estudo-do-imazon-mapeia-emissao-de-co2-na-amazonia>

<sup>13</sup> Projeto de lei nº 4519/08, do deputado Lira Maia (DEM/ PA), que visa reduzir de 80% para 35% a reserva legal de áreas que já sofreram intervenção humana na Amazônia: <http://www.panoramabrasil.com.br/projeto-reduz-reserva-legal-de-propriedades-na-amazonia-id23761.html>.

---

Amazônia, em especial a tríade formada pelos campos científico, político e midiático” (STEINBRENNER, 2007):

Ao que parece os congressistas não têm a percepção de que o mundo trava um combate vital para as futuras gerações, em que a preservação do patrimônio biológico e dos serviços ambientais prestados pela Amazônia tem um papel fundamental. O Brasil é um protagonista global graças ao seu imenso patrimônio natural, e não por sua capacidade militar nem econômica. Sem a Amazônia, o Brasil é um país igual a muitos outros, relegados a serem apenas parte da paisagem (Dal Marcondes, *Carta Capital*, 10/06/09, p. 36).

O mesmo discurso de centralidade ambiental é reproduzido na entrevista do dia 10 de junho de 2009: “‘Um Escândalo Mundial’. Rubens Ricupero - Assim o ex-ministro define a proposta de redução da área de reserva legal na Amazônia e outros projetos da bancada ruralista”, em que se atribuem os pontos fracos e fortes do Brasil somente por conta de sua especificidade ambiental, representada pela Amazônia:

RR: (...) Ao mesmo tempo que somos muito vulneráveis por causa da Amazônia, das queimadas, somos privilegiados na área ambiental. O País só é potência em matéria ambiental. (Luiz Antonio Cintra, *Carta Capital*, 10/06/09, p. 39).

Essa imagem da Amazônia como um dos maiores símbolos do Brasil é reforçada também em uma pergunta feita pela jornalista de *Carta Capital*, Márcia Pinheiro, ao vice-presidente do IPCC, Mohan Munasinghe, em entrevista publicada no dia 15 de abril de 2009:

CC: O Brasil é quase sinônimo de floresta amazônica. Estamos cuidando bem dela? O que poderá ser feito para protegê-la ainda mais? (Márcia Pinheiro, *Carta Capital*, 15/04/09, p. 51). (Grifo nosso).

Na reportagem “É Melhor Prevenir”, do dia 16 de dezembro de 2009, agricultura e desmatamento são apontados como os “grandes vilões da história”, pois o setor florestal contribui com 55% do total de emissões brasileiras. *Carta Capital* não faz nenhuma crítica aos governos federal, estadual ou municipal. Ao contrário: alguns representantes da esfera política

estadual da Amazônia, por exemplo, chegam a contracenar junto aos ambientalistas como protetores da região, não refletindo o descaso que os mesmos demonstram muitas vezes pela região:

Estrela do estudo, o setor florestal, que responde por 55% das emissões totais brasileiras, também possui o maior potencial de redução dos GEE: 72% até o ano de 2030. Meta ambiciosa e que requer, segundo o estudo (Caminhos para uma Economia de Baixo Carbono, da McKinsey Consultoria), investimentos socioeconômicos na região amazônica, principalmente nas áreas mais afetadas pelo desmatamento. Ou seja, gerar empregos e renda para a população, além de incentivo às práticas de manejo sustentável, cuidar da regularização fundiária, aumentar a presença do Estado no monitoramento florestal- iniciativas que os líderes da região, ambientalistas e governadores amazônicos, defendem há muito tempo (Denise Ribeiro, *Carta Capital*, 16/12/09, p. 59). (Grifo nosso).

Na entrevista realizada com o ex-ministro Rubens Ricupero, as informações parecem se assemelhar mais às condições reais do problema, em que os governantes muitas vezes se omitem a dar soluções para os problemas ambientais de seus Estados, alegando falta de recursos financeiros, ou até incentivam estes problemas, por meio da concessão de subsídios fiscais a madeiras e empresas que degradam o meio ambiente:

RR: É mais uma prova de que o sistema político brasileiro é irresponsável, no sentido de que ele não responde à opinião pública. Como o mecanismo de eleição do Brasil depende muito mais de dinheiro e de apoio de grupos do que de programas, existe essa situação por sinal muito constante na história do Brasil. Da minha experiência como ministro, concluí que dar aos estados e municípios a atribuição do licenciamento ambiental seria uma loucura. Ao contrário do que ocorre na Europa, onde vigora o princípio de que se deve dar mais poder à autoridade local, já que quanto mais próxima do problema, supostamente é mais capaz de resolvê-lo. Acontece que, no Brasil, na Amazônia, não há distinção entre os devastadores e os políticos, sobretudo os prefeitos, com algumas poucas exceções, convém mencionar. (Luiz Antonio Cintra, *Carta Capital*, 10/06/09, p. 38). (Grifo nosso)

Em “Os Ricos têm Grana, os Pobre têm Pressa”, o sistema REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) parece ser a única opção encontrada para salvar florestas e áreas degradadas brasileiras, sendo defendido pelo embaixador Luís Alberto Figueiredo

(representante brasileiro em Copenhague) e pelos “brasileiros da Amazônia”, que são representados apenas pelo secretário de Meio Ambiente de Manaus, Marcelo Dutra, e por Virgílio Viana, da Fundação Amazonas Sustentável (ONG que nasceu de uma parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Bradesco).

O Redd é antes de tudo um projeto que vai apoiar financeiramente a preservação de florestas e áreas degradadas. Para o Brasil, esta é uma aposta importante, e que entrou na agenda oficial apenas nos últimos meses. De acordo com o embaixador brasileiro, não se discute mais se o mecanismo de compensação entra ou não no acordo final. "Sem o Redd não existe acordo." (Reinaldo Canto, *Carta Capital*, 16/12/09, p. 61). (Grifo nosso).

A afirmação de Luis Alberto Figueiredo agradou aos brasileiros da Amazônia. O secretário de Meio Ambiente de Manaus, Marcelo Dutra, defensor firme da implantação do mecanismo, afirma que o Redd é essencial para os povos do bioma. "A floresta passa a ser vista como aliada do desenvolvimento, não como um entrave", diz. Outra voz a favor é a de Virgílio Viana, da Fundação Amazonas Sustentável, que aposta no mecanismo não apenas para manter a floresta em pé, mas para "melhorar a qualidade de vida e erradicar a pobreza na região". (Reinaldo Canto, *Carta Capital*, 16/12/09, p.61). (Grifo nosso).

Por meio destes discursos, *Carta Capital* parece consolidar seu apoio ao sistema REDD, sem dar voz a outras fontes que habitem a região e sejam contra sua aplicação.

### **Considerações finais**

Em 2009, ano da COP-15, a revista *Carta Capital* abordou os temas ambientais com enfoque para os desdobramentos políticos e econômicos destas temáticas – o que pode ser notado pela escolha de sua principal fonte informativa: a revista inglesa *The Economist*. Este foi um fator que influenciou fortemente a frequência com que instituições e personalidades estrangeiras foram citadas. No entanto, essa abordagem não impediu que a revista reproduzisse os discursos já cristalizados sobre a região amazônica (DUTRA, 2009), especialmente quando a publicação destacou, em vários momentos, sua “centralidade ambiental”.



Sociedade Brasileira de Estudos  
Interdisciplinares da Comunicação



Entre as instituições citadas, o IPCC e a ONU apareceram mais vezes e, além disso, não tiveram sua credibilidade questionada em 2009, mesmo quando houve o vazamento de e-mails entre os cientistas do IPCC. Houve também uma diversificação das universidades e instituições de pesquisa estrangeiras ouvidas, principalmente por ser a *The Economist* uma das fontes mais utilizadas por *Carta Capital*.

Em relação às ONGs, *Carta Capital* praticamente as silenciou, pois seus representantes não foram entrevistados ou sequer citados nas matérias. A única ONG ambiental citada nominalmente, a Fundação Amazonas Sustentável, surgiu de uma parceria entre o governo do Amazonas e o banco Bradesco. O termo “ambientalistas”, por sua vez, foi utilizado pela revista de forma abrangente, englobando os ativistas ambientais. Estes, quando citados, apareceram sempre como oposição ao governo federal, especialmente em relação às medidas tomadas na área energética.

No âmbito nacional, *Carta Capital* adotou como fontes, órgãos e pessoas vinculadas ao governo, predominantemente. Das onze fontes de informação nacionais mais citadas, apenas três não eram ligadas ao governo: USP, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia-COPPE e Instituto Ethos, o que reforçou o posicionamento político pró-governo federal assumido pela publicação.

### Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**/ Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1998.

COSTA, L; CUNHA, K; SILVA, K. **A Utilização das Fontes na Construção da Notícia: uma análise do discurso das revistas Veja e Carta Capital na construção da notícia.** In: 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA), 2011, Aracaju. Anais... Aracaju, UFS: 2011. 1 CD –ROM.



Sociedade Brasileira de Estudos  
Interdisciplinares da Comunicação

*Iniciacom – Revista Brasileira  
de Iniciação Científica em  
Comunicação Social*

- 
- COSTA, L. & CUNHA, K. **A utilização de fontes estrangeiras na construção da notícia: um estudo do discurso da Revista Carta Capital na cobertura sobre o tema aquecimento global em 2009.** Relatório Técnico. CNPq. Fevereiro de 2011.
- COSTA, L. **As Mudanças Climáticas na pauta da mídia impressa brasileira: informação e desinformação na construção de políticas públicas para a Amazônia.** Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. Maio de 2010. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. **Palavras Verdes: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (2002-2006).** Relatório Técnico. CNPq, Setembro de 2008. Mimeo.
- DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta.** São Paulo: Annablume, 2009.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia/** Trad.: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico: um ensaio sobre comunicação e campo religioso.** São Paulo: Paulus, 2003.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso. Princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 5ª Edição, 2003.
- PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos.** São Paulo: Hackers Editores, 1999.
- SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- STEINBRENNER, R. A. **Dimensões discursivas das mudanças sócio-ambientais na Amazônia: Centralidade Ambiental x Invisibilidade Urbana.** In: VI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, 2007, Belém. Anais... Belém, UFPA: 2007. p.1-3.